COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 e 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais R$)

ATIVO	N. Expl.	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		**632.849**	**667.480**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**5**	575.466	619.335
Bancos		-	11
Aplicações Financeiras		575.466	619.324
Direitos Realizáveis		57.383	48.145
Creditos a Receber		67	67
Adiantamento a Funcionários		16	12
Impostos e Contribuições a Compensar	**6**	51.538	47.916
Imposto de renda e Contribuição Social - Diferidos	**14**	5.687	
Despesas antecipadas		75	150
NÃO CIRCULANTE		**1.263.909**	**1.217.486**
Realizável a Longo Prazo		1.263.766	1.217.364
Fundo de Investimento em Garantia	**7.1**	1.253.028	1.208.017
Titulos e valores mobiliários	**8**	10.738	9.347
Investimentos	**9**	143	122
Imobilizado		-	-
TOTAL DO ATIVO		**1.896.758**	**1.884.966**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	N. Expl.	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		**47.187**	**24.241**
Contas a pagar		38	173
Obrigações tributárias	**11**	501	672
Obrigações sociais e trabalhistas		561	376
Juros sobre o capital próprio a pagar	**10**	46.087	23.020
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.849.571**	**1.860.725**
Capital Social	**12**	1.439.412	1.439.412
Reserva Legal	**12**	82.814	82.814
Reserva de Lucros	**12**	338.499	338.499
Prejuízos acumulados		(11.154)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIM LIQUIDO		**1.896.758**	**1.884.966**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 30 DE JUNHO DE 2020 e 30 DE JUNHO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais R$)

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	N. Expl.	30/06/2020	30/06/2019
Administrativas		**(4.351)**	**(5.821)**
Honorários de administradores e salários	**15**	(1.638)	(1.245)
Publicação Legal	**16**	(83)	(85)
Serviços de terceiros	**16**	(306)	(351)
Despesas Gerais e Administrativas		(18)	(83)
Despesas Tributárias		(2.306)	(4.057)
Financeiras	**13**	**33.595**	**86.812**
Receitas financeiras		49.538	87.216
Despesas Financeiras		(15.966)	(404)
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		23	-
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		2	8
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**29.246**	**80.999**
Apuração de Tributos		5.687	(7.542)
Impostos Correntes IRPJ/CSLL	**14**	-	(4.889)
Impostos Diferidos IRPJ/CSLL	**14**	5.687	(2.653)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		**34.933**	**73.457**
LUCRO LIQUIDO POR LOTE DE MIL AÇOES		24	51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 30 DE JUNHO DE 2020 e 30 DE JUNHO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais R$)

	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUIZO) DO EXERCÍCIO	34.933	73.457
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**34.933**	**73.457**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO
EM 30 DE JUNHO DE 2020 e 30 DE JUNHO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais R$)

	N. Expl.	Capital Integralizado	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019		**1.349.073**	**76.297**	**327.687**	**-**	**-**	**1.753.057**
Integralização de capital (AGO 30/04/2019)		90.339					90.339
Lucro líquido do período					73.457		73.457
Juros Sobre o Capital Próprio					(58.850)		(58.850)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		**1.439.412**	**76.297**	**327.687**	**14.607**	**-**	**1.858.003**
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020		**1.439.412**	**82.814**	**338.499**	**-**	**-**	**1.860.725**
Lucro líquido do período					34.933		34.933
Juros Sobre o Capital Próprio	**10**				(46.087)		(46.087)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		**1.439.412**	**82.814**	**338.499**	**(11.154)**	**-**	**1.849.571**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EM 30 DE JUNHO DE 2020 e 30 DE JUNHO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais R$)

	N. Expl.	30/06/2020	30/06/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		34.933	73.457
Ajustes por :			
Depreciação		-	-
(Receitas) com Investimentos		(21)	-
(Receitas)/Perdas financeiras de longo prazo (líquidas, Investimentos em garantia)	**7.1**	(21.182)	(64.344)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO		13.730	9.113
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		(4)	(7)
(Aumento) Redução em Adiantamento a Terceiros		-	(77)
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar		(9.309)	(8.791)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas		75	75
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	**7.1**	(23.829)	8.834
(Aumento) Redução em Valores Mobiliários		(1.391)	(9.812)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		(135)	(1.726)
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		(171)	4.999
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		185	6
		(34.579)	(6.499)
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(20.849)	2.614
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento dos Juros Sobre Capital Próprio ref. Exercicio 2019	**10**	(23.020)	(26.664)
CAIXA LIQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(23.020)	(26.664)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(43.869)	(24.050)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		619.335	722.499
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		575.466	698.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007), pela Lei Federal 13.303/16 e Lei Estadual nº 11.688/04.

A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu art. 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração.

2. BASE PARA A PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das SAs nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 30 de outubro de 2020, após revistas, discutidas e aprovadas pela diretoria da CPP.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em milhares de Real (R$), exceto quando especificado, sendo esta a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado.

d) Demonstração do Resultado Abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do semestre.

b) Instrumentos Financeiros:

Apresentam as seguintes classificações em conformidade ao CPC 48: (**i**) ativos (ou passivos) financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, "VJR"; (**ii**) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, "VJORA" e; (**iii**) custo amortizado, no quadro a seguir:

descrição	Classificação CPC 48	30/06/2020	31/12/2019
Ativos financeiros:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	575.466	619.335
Adiantamento a funcionários	Custo Amortizado	16	12
Créditos a receber	Custo Amortizado	67	67
Fundo de Investimentos em Garantia	VJR	1.253.028	1.208.017
Investimentos	Custo Amortizado, VJORA	143	122
		1.828.720	**1.827.553**
Passivos financeiros:			
Contas a Pagar	Custo Amortizado	38	173
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	46.087	23.020
		46.125	**23.193**

A classificação dos instrumentos financeiros acima demonstrada foi feita com base (**i**) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e (**ii**) nas caraterísticas de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Nesse sentido, a Companhia gerencia seus ativos financeiros de forma a preservar ou ampliar a sua capacidade de prestação de garantias e apoiar, respeitados os limites legais e normativos para sua atuação, projetos de interesse do Estado de São Paulo. Isto pode significar a opção quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou sua venda em mercado.

c) Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

Ativos financeiros

Um ativo financeiro tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que estimativamente projeta-se um evento de perda, provocando um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, conforme preconizado nas regras estabelecidas no CPC 48.
A Companhia dispõe de elementos os quais configuram não haver indício de perda para seus ativos.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.
A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para o semestre correntes e comparativos, como segue:

Móveis e utensílios	10 anos
Softwares e Equipamentos de informática	5 anos

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) Apuração do Resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado do semestre em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A somatória dos tributos correntes e diferidos representa a despesa (ou receita) com imposto de renda e contribuição social.

Correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social se baseia no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes, assim o tributo corrente é aquele a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de tributos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias, e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação a períodos anteriores.

Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são, substancialmente, reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ao final de cada exercício em função da probabilidade de que lucros futuros tributáveis tenham plenas condições de permitir a referida recuperação.

h) Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio

Os dividendos devidos aos acionistas são reconhecidos como uma redução no Patrimônio Líquido assim como os juros sobre capital próprio, os quais, para efeito de elaboração e publicação da demonstração do resultado, foram objeto de ajuste mediante reclassificação para o Patrimônio Líquido.

4. IMPACTOS FINANCEIROS – COVID 19

Os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la foram percebidos a partir das oscilações derivadas substancialmente da variação da taxa SELIC. As expectativas da Companhia, dada sua estrutura conservadora de ativos, é de recuperação das perdas financeiras tão logo a pandemia esteja controlada.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição:

descrição	30/06/2020	31/12/2019
Bancos	-	11
Aplicações Financeiras (*)	575.466	619.324
Total	**575.466**	**619.335**

(*) Relação das aplicações financeiras em fundos de investimento em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

descrição	30/06/2020	31/12/2019
BB RF LP FIC FI	53.440	52.878
CPP Projetos	411.240	454.376
BB REF DI TP FI LP	1.482	4.348
BB TESOURO SP II FI	109.304	107.722
(*) Composição das aplicações financeiras, por tipo/fundo	**575.466**	**619.324**

As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a aproximadamente 99% do CDI.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Os créditos de impostos e contribuições a compensar estão assim distribuídos em 30 de junho de 2020, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2019:

descrição	30/06/2020	31/12/2019
PIS e COFINS a Recuperar	3	3
INSS a Recuperar	2	-
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	42.672	24.612
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	3.858	3.004
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	-	19.516
Estimativas de CSLL não compensadas do exercício corrente	-	781
IRRF s/ Aplicação Financeira	5.003	-
Total	**51.538**	**47.916**

6.1 Créditos de IRPJ, ano-calendário de 2006.

O processo administrativo n° 10880-994.680/2011-72, junto à Receita Federal do Brasil (RFB), cuja demanda decorre de não homologação de créditos tributários de IRPJ pertencentes ao ano-calendário de 2006, no valor original de R$ 13.908 (base dez/06), apresentou decisão proferida pelo CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) em 16/08/2018 declarando a validação de todos os créditos tributários questionados. Em 21/09/2018, mediante oposição de Embargos de Declaração pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), houve questionamento relacionado às fases processuais em que ocorreram as produções da prova.

O CARF, por sua vez, em decisão proferida em 17/01/2019, examinando a admissibilidade dos embargos declaratórios opostos pela PGFN, os rejeitou "por revelar-se manifestamente improcedente a alegação de omissão". Inconformada, a PGFN interpôs Recurso Especial, sendo negado seu seguimento em 12/07/2019. Decisão mantida em 29/01/2020, após julgamento do agravo interposto em 31/07/2019 pela PGFN, afastando assim qualquer seguimento de recurso na esfera administrativa.

A Companhia, já anteriormente a estes fatos, por meio de seus assessores jurídicos, entende que a prova produzida no processo foi suficientemente adequada para afastar quaisquer dúvidas acerca da certeza e existência do crédito. Tal entendimento é corroborado expressamente pela RFB e pelo próprio CARF, desta feita de forma definitiva. Evidencia-se, desta forma, que as chances de perdas, em relação à certeza e existência do respectivo crédito, são remotas.

7. GARANTIAS PRESTADAS

Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas e aquelas ainda por constituir:

7.1 FUNDOS DE INVESTIMENTO EM GARANTIA – GARANTIAS JÁ CONSTITUÍDAS

Existem em 30 de junho de 2020 dois fundos de investimento vinculados a garantias dadas pela CPP para operações do Estado de São Paulo, os quais apresentaram a seguinte movimentação:

Movimentação das aplicações financeiras dadas em garantia aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo (R$ Mil)						
recursos vinculados a garantias de contratos de PPP	**Ref.**	**saldo inicial em 01/01/2020**	**rendimento líquido**	**garantias empenhadas**	**IR fonte**	**saldo final em 30/06/2020**
fundo CPP Linha 4:						
PPP Linha 4	**7.1.1**	**671.130**	**11.877**	**-**	**(1.724)**	**681.283**
fundo CPP Projetos:						
PPP da FURP	**7.1.2**	**66.821**	1.031	(21.763)	(125)	45.964
PPP Linha 6	**7.1.3**	**356.167**	5.982	-	(981)	361.168
PPP Habitação Lote 1	**7.1.4**	**27.554**	539	7.329	(96)	35.326
contrato Hospital São José dos Campos	**7.1.5**	**30.748**	516	-	(85)	31.179
contrato Hospital Sorocaba	**7.1.6**	**37.577**	631	-	(103)	38.105
contrato HospitalPérola Byington	**7.1.7**	**-**	303	41.540	(113)	41.730
PPP da RMBS - ônibus + VLT	**7.1.8**	**18.020**	303	-	(50)	18.273
		536.887	**9.305**	**27.106**	**(1.553)**	**571.745**
total de recursos vinculados		**1.208.017**	**21.182**	**27.106**	**(3.277)**	**1.253.028**

	Gar. Empenhadas	**IR fonte**	**Soma**
Efeitos percebidos diretamente no Caixa da Companhia	**27.106**	**(3.277)**	**23.829**

O primeiro é o Fundo de Investimentos CPP – Linha 4 - Renda Fixa – cujas quotas são de titularidade única e exclusiva da CPP – e foi constituído pela CPP para atender as obrigações previstas no contrato de concessão patrocinada na **Linha 4** do Metrô, assinado em 29 de novembro de 2006, decorrendo da

assinatura de contrato de penhor em 22 de dezembro de 2006.

Trata-se da prestação de garantia solidária ao Estado na mitigação do risco de atraso de diferentes eventos relacionados à implementação do empreendimento, e no pagamento da contraprestação pecuniária. Estima-se que o valor do fundo – com movimentação contábil representada na linha **7.1.1 do quadro acima** – deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas.

O segundo fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos, foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor total do fundo, contabilizado na rubrica dos investimentos dados em garantia, corresponde a R$ 571.745 em 30 de junho de 2020 (R$ 536.887 na data de 31 de dezembro de 2019), tendo sido realizadas formalmente desde então as seguintes segregações:

(**7.1.2**) Para garantir o equivalente a 6 (seis) parcelas da Contraprestação mensal, previstas no Contrato de Concessão Administrativa assinado em 22 de agosto de 2013 entre a Concessionária Paulista de Medicamentos S.A. (CPM) e a FURP, com interveniência do Estado de São Paulo e, na qualidade de Interveniente Garantidora, da CPP, por meio do qual foi formalizado o Contrato de Penhor e Outras Avenças, assinado em 03 de fevereiro de 2014, entre a **FURP**, a CPP, a CPM e com a interveniência do Banco do Brasil S.A, estima-se que o valor do fundo, com sua movimentação apresentada no item **7.1.2** do quadro acima, deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas.

(**7.1.3**) A segunda garantia constituída com base no referido fundo foi o penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos – apresentadas atualizadas no item **7.1.3** do quadro acima, contendo sua movimentação no terceiro trimestre – a fim de garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6** – Laranja do Metrô de São Paulo. Todavia, em 12 de dezembro de 2018 foi declarada a caducidade da respectiva parceria público-privada com a Concessionária Move São Paulo S.A por meio do Decreto 63.915, cujos efeitos, após prorrogações de prazo, se iniciariam 06 de outubro de 2020. Todavia, em aditivo contratual assinado em 06 de julho de 2020 a concessão foi transferida para Concessionária Linha Universidade S.A e em 05 de outubro do mesmo ano a caducidade foi revogada pelo Decreto nº 65.223.

(**7.1.4**) A terceira garantia constituída com base no Fundo CPP Projetos foi formalizada em setembro de 2015 e refere-se à chamada PPP da **Habitação**, apresentada atualizada no item **7.1.4** do quadro acima, contendo sua movimentação no semestre. A formalização das garantias constituídas na forma de penhor de cotas de fundo de investimento ocorreu em função das obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Habitação, estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo, conforme Contrato de Concessão assinado em 23 de março de 2015.

(**7.1.5, 6.1.6** e **7.1.7**) A quarta garantia (**Complexos Hospitalares**) – decorrente dos Contratos de Concessão Administrativa para a construção, operação de serviços “Bata Cinza” e manutenção dos Complexos Hospitalares – Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM, em São Paulo e Hospital Estadual de Sorocaba, pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e, respectivamente, a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e a Inova Saúde Sorocaba SPE S.A – foi constituída com base no Fundo CPP Projetos em janeiro de 2016 e em março de 2020, para fazer frente ao valor correspondente a 5 (cinco) parcelas mensais da Contraprestação mensal (vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado) por cada contrato de concessão, identificada no quadro acima nos itens **7.1.5**, **7.1.6 e 7.1.7**, julgadas suficientes para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas datas em que possam ser exigidas.

(**7.1.8**) A quinta garantia - vinculada à PPP do Sistema Integrado Metropolitano – **SIM – da Baixada Santista**, que decorreu do contrato concessão patrocinada assinado em 23 de junho de 2015 entre Poder Concedente e BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE – foi constituída inicialmente em junho de 2016 para fazer frente ao valor correspondente a 6 (seis) parcelas mensais da Contraprestação mensal, vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado, apresentando seus saldos e movimentações no item **7.1.8** do quadro acima.

7.2 FUNDOS DE INVESTIMENTO EM GARANTIA – GARANTIAS A CONSTITUIR

Os contratos de concessão informados a seguir apresentam a obrigatoriedade de constituição de garantias pela CPP. Estas serão constituídas através do penhor de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, denominado "BB CPP Projetos", da qual a CPP é cotista exclusiva. Esta obrigatoriedade decorre da Companhia Paulista de Parcerias – CPP figurar como parte nestes contratos, assumindo responsabilidades como Interveniente Garantidora, na qualidade de fiadora solidária para o cumprimento da obrigação imputável ao Poder Concedente, que é o Estado de São Paulo.

Os referidos contratos apresentam os seguintes detalhes pertinentes dentro da atuação da CPP:

Linha 18 - Bronze: Em 22 de agosto de 2014 foi assinado o Contrato de Concessão Patrocinada de Prestação dos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros da Linha 18 – Bronze da Rede Metroviária de São Paulo. O contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo e a Empresa Concessionária do Monotrilho da Linha 18-Bronze S.A.

A responsabilidade atribuída à CPP refere-se à constituição de garantia equivalente ao pagamento do valor correspondente a 6 (seis) Contraprestações Pecuniárias mensais, vigorando até a liquidação final da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado, mais garantia suplementar de até 2 (duas) contraprestações básicas mensais.

Em 04 de agosto de 2020 a concessão foi encerrada formalmente em cumprimento ao CGPPP – Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, que deliberou pela extinção antecipada do referido contrato.

7.3 GARANTIAS CONSTITUÍDAS SOB OUTRAS MODALIDADES

CTRENS:
Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 – Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante de até R$ 100,4 mil. Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contra garantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010.

Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 7.1 supra:
A companhia se compromete a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese do Poder Concedente persistir inadimplente nos contratos de PPP firmados, e não recompor as garantias reais, representadas pelos fundos de investimento constituídos para esta finalidade, descritos no item 7.1 supra.

A responsabilidade da companhia, em termos quantitativos, varia conforme proporção assumida nos respectivos contratos de concessão firmados, estando assim distribuídas entre seus signatários:

FURP: Até 3 (três) contraprestações básicas mensais, totalizadas em R$ 33,8 mil.
Linha 6: Até 2 (duas) contraprestações básicas mensais, totalizadas em R$ 120,2 mil.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As cotas super seniores adquiridas pela Companhia em 18/04/2019 do Fundo de Investimento Imobiliário do Estado de São Paulo por R$ 10.000 estão custodiadas na Socopa Corretora e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo respectivo Administrador, segundo regras estabelecidas no regulamento do fundo e que levam em consideração a variação do CDI.

Em 30/06/2020 o saldo total aplicado é de R$ 10.738 (R$ 9.347 em 31/12/2019), sendo que em 04/09/2020 ocorrera seu resgate integral pelo valor bruto de R$ 10.790.

9. INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 30 de junho de 2020 a Companhia possuía as seguintes participações:

descrição	Qtdd. de ações	Tipo de ações	30/06/2020	31/12/2019
Desenvolve SP	20.000	Ordinárias	21	20
CPSEC	1.000	Ordinárias	122	102
Total de Investimentos			143	122

As participações societárias representam percentuais de participação inferiores a 2% do total do capital social das investidas.

10. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 30 de junho de 2020 é de R$ 46.087, resultante da movimentação ocorrida, como segue:

descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**23.020**
Obrigações constituídas no período	46.087
Pagamentos efetuados no período (deliberado AGOE 29/04/2020)	(23.020)
Saldo em 30 de junho de 2020	**46.087**

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

descrição	30/06/2020	31/12/2019
IRRF sobre folha de pagamento	68	176
PIS a recolher	61	69
COFINS a recolher	372	427
Total	**501**	**672**

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, conforme estabelece o Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, aplicadas sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente. Entretanto, quando incorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social, participação acionária e Capital Autorizado.

Em 30 de junho de 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.439.412.179,61, em moeda corrente nacional, equivalente a 1.439.412.179 ações ordinárias nominativas, sendo o Estado de São Paulo detentor de 1.439.412.161 ações ordinárias nominativas, e a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – Cosesp, com 18 ações ordinárias nominativas. O capital autorizado é de R$ 2.263.840.482,00, conforme previsão estatutária.

b) Reserva Legal

Representada pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido apurado no encerramento do exercício corrente, antes de qualquer outra destinação, conforme preceitua o Art. 193 da Lei 6.404/76.

c) Reserva de Lucros

São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A política de distribuição de dividendos da Companhia Paulista de Parcerias – CPP tem se caracterizado pela distribuição de dividendos para seus acionistas à razão de 25% do lucro societário, apurado em consonância à legislação societária regente. Nesse contexto, dada a política tributária da Companhia de aproveitamento fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), apurado em conformidade às regras tributárias federais, historicamente a Companhia tem se utilizado da faculdade de imputar os JCPs aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, em conformidade à Deliberação CVM N° 683/2012, sempre mantendo à disposição dos acionistas o saldo restante, como uma obrigação presente, o qual se liquida normalmente por meio de capitalização, dentro do exercício social seguinte.

Todavia, em relação aos lucros gerados em 2019, no montante de R$ 113.020, ocorreu antecipação aos acionistas de R$ 90.000 em 5 de novembro de 2019, na forma de Juros sobre Capital Próprio, e o saldo, no valor de R$ 23.020, fora deliberado em AGOE de 29 de abril de 2020 pelo seu pagamento, ocorrido em 12 de maio de 2020.

13. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente por operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma.

descrição	30/06/2020	30/06/2019
Rendimentos de aplicações financeiras	48.548	86.183
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	23	-
Outras receitas financeiras	990	1.033
Total de receitas financeiras	**49.561**	**87.216**
Perdas em aplicações financeiras	(15.966)	(404)
Total de despesas financeiras	**(15.966)**	**(404)**
Resultado financeiro líquido	**33.595**	**86.812**

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir, demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL de janeiro a junho de 2020:

demonstração fatos geradores - IRPJ e CSLL e apuração	30/06/2020			30/06/2019		
	Resultados	IRPJ	CSLL	Resultados	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	29.246			80.999		
Despesa com Juros sobre Capital Próprio	(46.087)			(58.850)		
Resultado antes do IRPJ e CSLL ajustado	(16.841)			22.149		
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Adições definitivas indedutíveis	115			90		
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	115			90		
Exclusões não tributáveis	-			(1.648)		
(-) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	-			(1.648)	(406)	(146)
Subtotal	(16.726)			20.591		
(-) Compensação de Prejuizo Fiscal	-			(6.177)	(1.545)	(556)
Base de cálculo - resultado fiscal	(16.726)	4.182	1.505	14.414	(3.592)	(1.297)
Subtotais apuração tributária	(16.726)	4.182	1.505	14.414	(5.543)	(1.999)
(-) Deduções do imposto de renda devido						
Totais de apuração tributária	**-**	**4.182**	**1.505**	**-**	**(5.543)**	**(1.999)**

O prejuízo fiscal assim como a base de cálculo negativa de CSLL representam ativos fiscais cuja geração foi provocada, fundamentalmente, pela combinação da redução da rentabilidade das aplicações financeiras em função da queda da taxa SELIC e pela manutenção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) – índice aplicado na apuração dos Juros sobre Capital Próprio - em patamar superior ao da SELIC.

Em relação aos tributos diferidos ativos, os quais totalizam R$ 5.687 em 30 de junho de 2020 (soma de R$ 4.182 – IRPJ e R$ 1.505 – CSLL), a Companhia espera realizá-los no próximo exercício, baseada na expectativa de recuperação do mercado financeiro, bem como em adoção de alternativas para maximizar os rendimentos financeiros, razão pela qual manteve sua classificação em curto prazo.

15. HONORÁRIOS DE ADMINISTRADORES E SALÁRIOS

Do montante de R$ 1.638 (R$ 1.245 em 30 de junho de 2019), relativos aos totais de honorários de administradores e salários, as remunerações do pessoal chave da administração da companhia, em 30 de junho de 2020, corresponderam aos seguintes valores:

descrição	30/06/2020	30/06/2019
Honorários de diretoria	394	270
Honorários de conselho de administração	214	203
Encargos sociais proporcionais	153	116
Total	**761**	**589**

Os créditos e/ou pagamentos efetuados seguiram as orientações do Parecer CODEC n° 057/2003 combinado com outras legislações pertinentes, as quais foram consolidadas por meio da Deliberação CODEC n° 001/2018, de 30/03/2018; restando respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2° da Lei 6404/76.

Integrando também o saldo de R$ 1.638 estão contabilizados os encargos sociais suportados pela Companhia que demandaram contratações específicas, sendo que os valores das respectivas execuções financeiras contratuais são apresentados no quadro abaixo:

		Correspondentes ao:				
	Saldo em	1º trim	trimestre atual			Saldo em
execuções contratuais	30/06/2019	2020	abr-20	mai-20	jun-20	30/06/2020
segurança e medicina do trabalho	3	3	-	-	-	3
assistência médica	-	44	16	20	20	100
vale refeição	15	12	5	4	6	27
totais	**18**	**59**	**21**	**24**	**26**	**130**

sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Alphamed Assistência Médica Ltda., Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e Ticket Serviços S.A.

16. SERVIÇOS DE TERCEIROS E PUBLICAÇÃO LEGAL

Os demais serviços adquiridos pela Companhia apresentaram a seguinte execução financeira dentro dos seus contratos firmados:

Relacionados às Publicações legais:

		Correspondentes ao:				
	Saldo em	1º trim	trimestre atual			Saldo em
execuções contratuais	30/06/2019	2020	abr-20	mai-20	jun-20	30/06/2020
publicação de matérias legais (DOESP)	78	14	56	2	1	73
preparação e publicação de matérias legais (outros)	7	2	8	-	-	10
total de Publicação legal	**85**	**16**	**64**	**2**	**1**	**83**

sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A – IMESP e Luz Publicidade SP Sul Ltda.

Relacionados aos demais serviços tomados de terceiros:

		Correspondentes ao:				
	Saldo em	1º trim	trimestre atual			Saldo em
execuções contratuais	30/06/2019	2020	abr-20	mai-20	jun-20	30/06/2020
consultoria tributária	61	-	-	-	-	-
escrituração contábil e fiscal	122	60	20	20	20	120
auditoria independente	32	-	-	20	12	32
seguro de responsabilidade civil D&O	75	39	13	13	13	78
assessoria para contratação de D&O	4	-	-	-	-	-
agente de garantias	54	32	22	-	22	76
locação de máquinas copiadoras	3	-	-	-	-	-
total de Serviços de terceiros	**351**	**131**	**55**	**53**	**67**	**306**

sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Vella, Pugliesi, Buosi e Guidoni Advogados e Camilo Advogados, RHPay Contadores Associados SS EPP, Auge Contadores S/S, Berkley International do Brasil Seguros S.A., THB Cons. Gerenc. de Riscos e Corretagem de Seguros, Banco do Brasil S.A e RR Copiadoras Vendas e Locações Ltda.

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A companhia é uma entidade não financeira cuja renda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros e dividendos, não gerando, portanto, resultados a partir de atividades que possam ser classificadas como tipicamente operacionais.

Parcela relevante dos ativos financeiros totais da companhia (66%) já está vinculada a garantias para pagamentos de obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo (Poder Concedente), decorrentes de contratos de parcerias público-privadas firmados com a iniciativa privada.

O desenvolvimento de suas atividades e, principalmente, sua capacidade de honrar as garantias prestadas depende, portanto, da performance dos seus ativos financeiros.

Riscos de crédito e de mercado

Os rendimentos financeiros constituídos de juros são creditados unicamente pelo Banco do Brasil S.A, instituição financeira de primeira linha. São decorrentes de ativos que possuem um perfil conservador, basicamente lastreados em títulos públicos federais, no caso dos fundos de investimento financeiro, podendo, entretanto, ocorrer flutuações nas receitas em função das maturidades e rendimentos diferentes e da marcação a mercado dos ativos financeiros; mas o perfil das aplicações da CPP é conservador.

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24

TATICCA
Audit / Tax / Corporate Finance / Advisory

www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

À Diretoria e Acionistas da
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Parcerias - CPP ("Companhia" ou "CPP"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão trimestral é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 03 de março de 2020, sem modificações.

3

TATICCA
Audit / Tax / Corporate Finance / Advisory

www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000

Em decorrência da Pandemia, COVID-19, e também decorrente da data da nossa contratação, que ocorreu em 25 de setembro de 2020, não realizamos revisão dos papéis de trabalho do auditor anterior e que será realizado oportunamente, sendo que nosso relatório não está contemplando eventuais efeitos decorrentes desse procedimento.

Adicionalmente, informamos que a partir do terceiro trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis trimestralmente.

São Paulo, SP, 30 de outubro de 2020.

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1